

Nota pelo Dia Internacional da Mulher 8M do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura

Nós do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro viemos no 8M expor a centralidade da luta das mulheres para interrupção da tortura. Em dia de luta é importante lembrarmos o que nos ensina o feminismo negro de Angela Davis “quando as mulheres negras forem livres, o mundo será livre”.

Não são poucas mulheres afetadas, muitas das vezes incontáveis pela profunda dificuldade de transparência sobre o quantitativo e localização das pessoas privadas de liberdade. Sabemos que só no sistema prisional do Estado são 1,489 presas nas cinco unidades femininas e 156 presas trans e travestis espalhadas por diversas unidades que melhor seriam caracterizadas como mistas, mas sequer formalmente sua existência é devidamente reconhecida quando se determina o perfil de unidades prisionais. Estes dados são advindos do efetivo carcerário da SEAP de 07 de março e do efetivo carcerário de população LGBTI+ realizado pela Divisão de Apoio a Saúde e Cidadania LGBTI da Coordenação de Unidades Femininas e Cidadania LGBT (COFEMCI) da SEAP, cuja atualização foi feita em 5 de fevereiro. Não sabemos quantas mulheres estão em instituições psiquiátricas, visitam familiares em privação de liberdade, estão em comunidades terapêuticas ou abrigos. Poucos dados são públicos ou confiáveis quando o assunto se trata de espaços totais e mulheres.

A luta contra a violência, tortura e barbárie representada hoje nas prisões, sistema socioeducativo, delegacias de polícia, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, abrigos, violência policial em favelas e periferias, execuções sumárias de jovens negros, é liderada pelas mulheres negras. São as familiares e presas que nos ensinam dia após dia como identificar a tortura com lentes de gênero.

Não, prisões não são violentas com mulheres só porque foram projetadas para homens. A tortura nesses espaços, como colocamos em outros momentos, é adaptada para quebrar as subjetividades, é método de genocídio e feminicídio. Ela se remodela para atingir corpos de mulheres de forma mais intensa, e essas metodologias estão sendo gestadas desde a colonização e escravidão contra mulheres negras e indígenas, que sofrem os duros impactos da criminalização seletiva e racista e que também são aquelas que lutam a cada

visita para sustentar os laços afetivos que possuem com pessoas presas e tentar adiar o projeto necropolítico do cárcere.

A tortura as mulheres se dá nos estupros, na revista vexatória, na separação de casais lésbicos e bissexuais dentro do presídio e por vetação de visitas para sobreviventes do cárcere, na retirada dos bebês de perto de suas mães sem o cumprimento do Marco da Primeira Infância, no isolamento de cada presa trans e travestis que sequer tem seu nome social respeitado, no silêncio imposto às demandas das presas, os gritos e xingamentos nas portarias contra as visitantes, no projeto de matança a conta gotas de seus filhos, esposos, maridos e amigos dentro do cárcere por falta de acesso à saúde.

A tortura está na solidão política em que relegamos a luta dessas mulheres. Ela está em curso a cada silêncio do campo de defesa dos direitos humanos e de defesa da democracia sobre a ação deliberada de omissão diante da violência brutal contra mulheres privadas de liberdade.

Os direitos são previstos, nossas particularidades de cuidado e atenção são de amplo conhecimento, o que falta é ação para que um mundo com mulheres negras livres, tanto de grades como das violências extramuros, seja possível. Isso implica em um compromisso de toda as instituições e da sociedade contra o projeto histórico do genocídio negro. Precisa-se demarcar que não entender e não priorizar a luta das mulheres é uma escolha, e uma escolha que só favorece as estruturas violentas que forjaram nosso país ao preço de sangue, especialmente, de mulheres negras. O pacto da branquitude e da masculinidade precisa ser desfeito se queremos que cenas como o estupro das jovens do PAC GC, a violência obstétrica de presas da UMI e da Penitenciária Talavera Bruce, a revista vexatória de presas e familiares, a internação compulsória de mulheres como manifestação de violência doméstica aparada pelo Estado, cesse.

No dia de hoje, renovamos publicamente nossa parceria, admiração e compromisso de estarmos juntas com as mulheres atingidas pela privação de liberdade e vítimas de violência de Estado, que lideram a luta feminista e antirracista. Dedicamos nossas homenagens às visitantes dos espaços de privação de liberdade do país, às presas, internas e aos coletivos compostos por elas como a AMAR, Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência, as Guerreiras do sistema prisional, ao Movimento Moleque, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, as Frentes Estaduais pelo Desencarceramento, ao TranSformar, a ABL, e a tantas outras mulheres e seus coletivos que atuam em outros

Estados e a nível nacional para o fim do genocídio no país. Estaremos juntas na luta por um mundo sem tortura.

É neste mote que anunciamos ainda que para buscar auxiliar a luta dessas mulheres e nos valendo de suas perspectivas, narrativas e denúncias iremos lançar ainda este ano, em conjunto com a Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência, o Relatório Temático “Eu nunca imaginei passar por isso: a situação das visitantes dos sistemas prisional e socioeducativo do Rio de Janeiro”.

Violência contra mulheres nunca mais!